



1 **Ata da Audiência Pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento “Loteamento**
2 **Residencial Santorini II”, de responsabilidade da Gencons Empreendimentos**
3 **Imobiliários Ltda. (Processo Impacto nº 0196/2024, CETESB.045197/2024-84).**

4
5 Realizou-se no dia **12 de novembro de 2025**, às 17 horas, Vitória Hotel Convention
6 Paulínia, Rua Geraldo Ballone, 110 - Jardim América, Paulínia – SP, a Audiência
7 Pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto ao Meio
8 Ambiente – EIA/RIMA do empreendimento “**Loteamento Residencial Santorini II**”,
9 de responsabilidade da Gencons Empreendimentos Imobiliários Ltda. (Processo
10 Impacto nº 0196/2024, CETESB.045197/2024-84). Após a abertura dos trabalhos e
11 saudação inicial feita pelo **Presidente da Sessão José Eduardo Bevilacqua**, este
12 informou que ainda compunha a mesa diretora dos trabalhos o representante do órgão
13 responsável pelo licenciamento, **Fábio Deodato**, da Diretoria de Avaliação de Impacto
14 Ambiental da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB. Foi realizada
15 a explanação das atribuições do CONSEMA e das normas sobre o desenvolvimento
16 da audiência por **José Eduardo Bevilacqua**, seguido das saudações iniciais pelos
17 demais integrantes da Mesa Diretora. Passou-se, a seguir, às exposições sobre o
18 assunto em questão, com a fala de **Sabhata Tenório**, da Gencons Empreendimentos
19 Imobiliários Ltda, e em seguida por **Thiago Escher**, representante da Global
20 Ambiente Consultoria Ambiental Ltda. Finalizadas as exposições, passou-se ao
21 momento destinado às falas dos oradores inscritos, fase da qual participaram o **Dr.**
22 **Rodrigo Sanches Garcia** representante do Ministério Público GAEMA – Campinas,
23 os cidadãos **Rogério Nubor** e **Lucia Maria Abadia**, do poder executivo, **Rafael Golin**
24 **Galvão** Secretário de Meio Ambiente de Paulínia. Finalizadas as manifestações dos
25 integrantes do Plenário, passou-se à etapa de respostas e esclarecimentos, feitos por
26 **Thiago Escher**, representante da Global Ambiente Consultoria Ambiental Ltda. Não
27 havendo inscritos par a fazer o uso da palavra, seguiram-se os comentários finais,
28 feitos por **José Eduardo Bevilacqua**, e **Fábio Deodato**, da Diretoria de Avaliação de
29 Impacto Ambiental da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB.
30 Após constatar e informar que todas as etapas da Audiência haviam sido regularmente
31 cumpridas, o **Presidente da Sessão** agradeceu a presença de todos e declarou
32 encerrados os trabalhos da audiência. Anexo à presente ata, segue a transcrição
33 integral das falas. Eu, **Naiana Lanza Landucci**, Secretária Executiva do CONSEMA,
34 lavrei e assino a presente ata.

**Audiência Pública, realizada pelo Conselho do Meio Ambiente –
CONSEMA, sobre o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto
ao Meio Ambiente – EIA/RIMA do empreendimento “Loteamento
Residencial Santorini II” de Responsabilidade da Gencons
Empreendimentos Imobiliários Ltda.**

Processo Impacto nº 0196/2024, CETESB.045197/2024-84

Data: 12/11/2025 as 17h, duração: 1h 14min

TRANSCRIÇÃO:

[José Eduardo Bevilaqua]: Bom, boa tarde a todos. Eu me chamo José Eduardo Bevilaqua. Eu pertencço ao Sistema Ambiental Paulista. E, pelo poder que me foi outorgado, eu instalo a presente Audiência Pública, cujo empreendimento se intitula Loteamento Residencial Santorini II, de responsabilidade da empresa Gencons Empreendimentos Imobiliários Limitada, Processo de Impacto número 0196/2024, e ambiente CETESB 045197 2024-84.

Eu agradeço aqui a presença de todos, principalmente os representantes da sociedade civil, autoridades, em especial, a presença do Sr. Promotor, Rodrigo Sanchez Garcia, do Ministério Público, do GAEMA, do município de Campinas, a quem nós agradecemos a presença.

Bem, nesse momento eu devo falar um pouco a respeito do rito desta audiência pública, ou seja, como serão desenvolvidos os trabalhos aqui nessa tarde e noite, aqui onde todos estão presentes.

Em primeiro lugar, a composição dessa mesa diretora, onde nós temos aqui a minha presença, representando o Conselho, José Eduardo Bevilaqua, do Sistema Ambiental Paulista, como na direção desses trabalhos. E também temos aqui a presença de um representante da CETESB, que é o Fábio Deodato, que é gerente da Divisão de Licenciamento de Empreendimentos Industriais, Minerários e Urbanísticos da CETESB. Fábio, muito obrigado pela sua presença.

É muito importante nós termos aqui a presença da CETESB para acompanhar todos os trabalhos e também apresentar algumas considerações muito importantes na tarde e noite de hoje. Fábio, eu vou passar a palavra para você. Então, peço a gentileza de você proferir algumas palavras e para a gente poder dar sequência na nossa audiência pública. Muito obrigado.

[Fábio Deodato]: Boa tarde a todos. Meu nome é Fábio. Como o Bevilaqua já disse, eu sou da Divisão de Licenciamento de Empreendimentos Industriais, Minerários e Urbanísticos, que é onde o EIA/RIMA está sendo analisado. A divisão tem dois setores, sendo que o setor que está analisando o EIA/RIMA é o setor de licenciamento de empreendimentos de parcelamento do solo. Gostaria de agradecer a presença de todos. E também ressaltar que a audiência pública é uma fase obrigatória do licenciamento ambiental por meio de EIA/RIMA, obrigatória e também muito importante, uma fase bastante importante no processo de licenciamento, que é o momento onde o órgão licenciador, ele colhe opiniões, mesmo até novas informações sobre empreendimento. Ouve a sociedade, então é um momento de participação da sociedade mais direta no processo de licenciamento. Então, também gostaria de ressaltar que todas as informações que foram geradas hoje na audiência pública, elas vão compor um documento que vai fazer parte do processo de licenciamento. Todas essas informações vão ajudar a CETESB a decidir para o deferimento da

licença. Então, realmente é uma fase muito importante no licenciamento e gostaria de agradecer novamente a presença de todos e o Bevilaqua também.

[José Eduardo Bevilaqua]: Muito obrigado, Fabio, pelas suas palavras. Eu vou passar agora para explicar um pouquinho para todos como que vai funcionar o nosso trabalho aqui hoje. Baseado naquilo que compõe as atribuições do Consema, o Conselho Estadual do Meio Ambiente. O Conselho Estadual do Meio Ambiente é um órgão consultivo, normativo e recursal do sistema ambiental Paulista, onde isso está estabelecido na Constituição do Estado de São Paulo, no artigo 193. Essas atribuições do Consema, elas se baseiam nas seguintes questões. Estabelecer normas relativas à avaliação, recuperação e qualidade do meio ambiente, avaliar políticas públicas ambientais de relevante interesse, apreciar estudos de impacto ambiental e relatório de impacto ambiental, manifestar-se sobre instituição e regramento das unidades de conservação, zoneamento ecológico e econômico, conduzir as audiências públicas e, portanto, o Consema está aqui representado. Dentro do escopo das audiências públicas, a legislação vigente hoje no Estado de São Paulo fundamenta-se na Lei Estadual nº 9.509, de 1997, dentro do escopo da Política Estadual do Meio Ambiente, a Lei Estadual nº 13.507, de 2009, que dispõe sobre o funcionamento do Conselho Estadual do Meio Ambiente, o CONSEMA, a Deliberação Normativa CONSEMA nº 01 de 2011, que foi alterada pela Deliberação Normativa CONSEMA 02 de 2024, que estabelece as regras para a convocação e realização das audiências públicas.

Bem, como definição e objetivo, é estabelecido que o evento é aberto ao público onde são apresentados os aspectos ambientais da proposta ou do projeto a todos os representantes. Também temos como objetivo esclarecer as dúvidas e conhecer a opinião da sociedade, recolhendo críticas e sugestões sobre o licenciamento ambiental, tipo EIARIMA, a criação ou alteração das unidades de conservação, zoneamento ecológico e econômico e outras questões de interesse ambiental.

O edital de convocação, ele é disponível e disposto no Diário Oficial do Estado e também é feito à divulgação pela mídia, pelo proponente que está trazendo aqui, no caso, a avaliação desse projeto. Cabe à Presidência a função regimental de conduzir os trabalhos de uma forma neutra e garantir a fala dos interessados de modo democrático e de modo organizado. O registro do trabalho, no caso, dos trabalhos, é feito por meio de registros digitais, em áudio e vídeo, lembrando que hoje nós temos aqui a participação do nosso evento na internet. E o registro por escrito, em data, hora e local, bem como a fala dos participantes.

Dentro ainda do desenvolvimento dos trabalhos, o Conselho Estadual do Meio Ambiente, o CONSEMA, definiu a divisão em três partes.

Na primeira parte, a apresentação dos estudos. Daqui a pouco nós ouviremos a apresentação detalhada dos estudos que foram feitos. Em segunda, a participação dos interessados. Em terceiro, as respostas aos questionamentos apresentados e comentários sobre essas respectivas colocações. As inscrições, para o uso da palavra, se encerram às 18 horas. Lembrando que, como o nosso trabalho começou às 17 horas, nós ainda temos 50 minutos para que se façam inscrições.

As palavras, no intervalo de tempo, ocorrerão no intervalo de tempo na hora de inscrição, conforme o segmento de representação. Lembrando, gente, que é vedada a duplicidade de manifestação. A ideia aqui, da audiência pública, não é em hipótese alguma criar um debate, e sim a apresentação de contribuições, sugestões, propostas, e com isso nós poderemos ter o maior e melhor aproveitamento da participação de todos.

A exposição sobre a proposta, na primeira parte, nós teremos a apresentação do estudo pelos representantes e proponentes, em 15 minutos, e depois a exposição pela equipe responsável pelo estudo técnico, 30 minutos. Provavelmente nós teremos 45 minutos então, de apresentação, que vão envolver as duas partes com uma fala única. Na segunda parte da nossa audiência pública, nós teremos a participação do plenário, sendo que o representante do Ministério Público expõe cinco minutos para fazer suas colocações, entidades da sociedade civil, cinco minutos, pessoas físicas, três minutos, representantes de órgãos ou entidades públicas, cinco minutos, membros do Conselho Estadual do Meio Ambiente, cinco minutos, parlamentares, cinco minutos, representantes do Poder Executivo, cinco minutos.

E aí, nessa mesma dinâmica, nós entraremos na terceira parte da nossa audiência pública, que serão as respostas e os comentários apresentados sobre tudo aquilo que foi apresentado. O proponente vai ter 15 minutos para apresentar essas considerações e a equipe responsável pela elaboração do estudo técnico também terá 15 minutos. Finalmente, o, no caso, eu, como representante do CONSEMA, terei um espaço de 10 minutos e a CETESB fará os seus comentários a respeito de tudo aquilo que foi apresentado no âmbito dessa audiência pública.

Se eventualmente alguém ainda tiver alguma consideração que tiver amadurecendo alguma ideia, alguma coisa que foi apresentada aqui e que não conseguiu materializar numa pergunta ou mesmo quem tiver assistindo isso pela internet, ou que ou alguma pessoa que possa não pôde vir na audiência, mas ela teve acesso a toda a documentação, ela tem 5 dias para apresentar por escrito, pela internet por meio do e-mail que tá colocado aqui consema@sp.gov.br.

Bem, terminada essa primeira parte, eu vou pedir então aqui a presença do Thiago Escher, representando a Gencons Empreendimentos Imobiliários e também falando pela Global Ambiente Consultoria Ambiental para fazer uso da palavra. Então, Thiago, o tem ali o púlpito, tem o microfone, por favor, você tem 45 minutos para fazer a sua exposição, tá bom? Obrigado.

[Thiago Escher]: Boa tarde. Boa tarde, gente. A gente não ia usar o tempo dos 15 minutos do empreendedor, mas a gente vai usar, né? Então a Sabhata vai falar pela Gencons e aí depois eu faço a apresentação do trabalho rapidinho.

[Sabhata Tenorio]: Boa tarde a todos. Eu gostaria de agradecer a presença de todos aqui. Esse é um momento muito importante, para o empreendimento e acredito que para até pra cidade de Paulínia, né, aprovação e a concepção de um empreendimento, sempre traz muitos benefícios, pro município. Então, eu queria falar um pouquinho, ser breve, para quem já é de Paulínia, já conhece a empresa, a atuação da empresa da Gencons aqui em Paulínia, mas eu trouxe uma breve apresentação para falar um pouco mais sobre a Gencons. Então, prazer, nós somos a Gencons Empreendimentos. Fundada em 2003, a Gencons traz, em sua essência, desde a fundação, a preocupação com a qualidade e meio ambiente. Prova disso que nós somos certificados pela ISO 9001 e ISO 14001, que são dois selos importantes atrelados à qualidade e ao meio ambiente. Então, a nossa preocupação vai além, do dia a dia do nosso trabalho.

Nosso propósito. Nosso propósito, transformar horizontes e vidas através de uma visão humanizada do negócio, negócios de gente pra gente. Então isso a gente traz na nossa essência, desde o presidente da empresa até os colaboradores. E quando implantamos um loteamento, oferecemos oportunidades não só para os nossos clientes, mas também para toda a comunidade, melhorias em saneamento e infraestrutura no entorno, desenvolvimento para o município, oferta de empregos diretos e indiretos, fortalecimento do comércio e economia local, áreas reflorestadas e recuperadas contribuindo para o meio ambiente, além de inúmeras outros benefícios que um empreendimento traz, né, pro município, a região onde que ele atua. Além

disso, eu trago aqui uma história, a história da Gencons, que realiza sonhos. Ao longo desses mais de 20 anos, nós concebemos mais de 15 empreendimentos. Aqui é uma linha do tempo breve para que vocês conheçam um pouco da história da Gencons. Então, desde 2004, desde o primeiro empreendimento até 2023, que foi o último empreendimento que a Gencons fez lançamento.

E ao longo dessas trajetórias alcançamos 2,6 milhões de m² de áreas projetadas e urbanizadas, 364.000 m² de áreas reflorestadas e conservadas, mais de 40.000 mudas plantadas, mais de 4600 lotes implementados e mais de 6500, mais de 6.000 clientes que confiaram na nossa história. E essa é a história da Gencons que eu trouxe para vocês. Muito obrigada. Agora eu passo a palavra pro Thiago vai falar da parte técnica e a apresentação do projeto.

[José Eduardo Bevilaqua]: Agradecemos as palavras da senhora Sabhata Tenório, representante da Gencons Empreendimentos Imobiliários. E passamos a palavra então pro senhor Thiago Escher, representando a empresa. Obrigado.

[Thiago Escher]: Acho que dá, né? Boa tarde, gente. Boa tarde a todos e a todas. Obrigado pela presença de todo mundo. Bom, boa tarde, gente. Obrigado pela presença de todo mundo. Obrigado pelo pessoal da mesa, Bevilaqua, Fábio. Queria agradecer bastante a presença do Donizete. Espero apresentar bonitinho aqui o nosso empreendimento. Eu sou o Thiago Escher, sou da Global Ambiente, que é a empresa de consultoria ambiental, e que responsável pelos estudos, tá do empreendimento.

O objetivo aqui dessa audiência pública é a gente apresentar o que que foi apresentado dentro do EIA. Não sei se todo mundo tem conhecimento um pouco sobre o que que é um EIARIMA, né. EIA, é um estudo de impacto ambiental e o RIMA é o seu relatório de impacto de meio ambiente. E, ele é um estudo longo, um estudo complexo, né. E, que faz parte da etapa de licenciamento do empreendimento, tá? Essa etapa ainda é uma etapa de licença prévia do empreendimento. Depois ainda tem outras etapas, a licença de instalação, e, que vai ser dentro do Grapohab e depois ainda tem uma licença de operação que é após a implantação do empreendimento, tá. Então, a gente tá ainda na primeira etapa, que é uma etapa de licença prévia, e para isso aí são necessários alguns tipos de estudos, tá, que a gente vai apresentar aqui. E, a gente sempre fica feliz quando chega nesse momento, porque já é um momento que a gente já apresentou os estudos para CETESB, já teve bastante conversa com a CETESB, devoluções, comunique-se, e a gente já apresentou isso pro comitê de bacía, já teve outras apresentações. Então, quando a gente chega numa audiência pública, é um sinal de que já tá avançado o processo, inclusive, de aprovação para essa licença prévia, tá. Aqui é umas informações gerais, né, do empreendimento. Então, a Gencons que a Sabhata já falou, identificação do empreendimento e a gente da Global Ambiente. E, a gente é uma consultoria, como eu falei, que é especializada inclusive em licenciamentos de empreendimentos imobiliários, a gente fica em na cidade de Campinas, e, mas a gente faz trabalhos no estado de São Paulo inteiro e somos especializados inclusive em EIAs e em estudos desse porte.

Só para dar um panorama rápido do que que a gente vai falar, né. Então, os objetivos que a gente já falou, eu vou apresentar alguns estudos que foram alternativos, que foram pensados desde o seu início. E, a caracterização do empreendimento, vou falar um pouco das áreas de influência, dos diagnósticos ambientais dos três meios, meio físico, meio biótico e socioeconômico. Aí os impactos ambientais, a avaliação desses impactos e para todos os impactos, quais são os programas ambientais que a gente tá propondo. Então aqui para vocês conseguirem entender, é a área do empreendimento. Nós não estamos muito com o nosso laserzinho, aqui é já é uma região já consolidada, urbanizada. Aqui é o Santorini 1 e aqui é a área do Santorini 2 que a gente

tá propondo. Aqui vocês já conseguem ver mais ou menos o que que existe hoje dentro da área, né, aqui para ficar um pouco mais claro.

Aqui algumas imagens da área para já demonstrar a consolidação. Hoje ela é utilizada basicamente para utilidade de agropastoril, né, para dentro da área. E aí um pouco uma das primeiras coisas quando a gente vai fazer esse estudo de impacto de ambiental, o EIA, é a gente tem que definir antes de qualquer coisa quais são as áreas de influência pra gente definir de como que vão ser feitos esses estudos, tá. Então, sempre que tem áreas de influência, a gente segue três delimitações, assim, a ADA, que é a área diretamente afetada, que é a área do empreendimento mesmo. Aqui ficou pequenininho, mas é essa área em vermelho. Aí a gente, a partir disso, a gente vai traçando quais são as áreas de influência que esses empreendimentos, e que o empreendimento vai ter. Então, a gente cria uma área de influência direta, né, que para o meio físico e o meio biótico a gente considerou toda a microbacia do Ribeirão Quilombo, tá, então é essa área em amarelo e para área de influência indireta a gente utiliza toda essa área em laranja, é toda UGRHI – 05 e aí considera a segmentação das bacias do PCJ e tal, tá. Então essas são a delimitação das áreas de influência e a partir disso que a gente vai fazendo os estudos os locais que a gente tem que fazer os estudos, tá. E pro meio socioeconômico tem um outro tipo de demarcação das áreas de influência. Então, para AID, que é a área de influência direta, a gente cria-se um raio de 5 km a partir da ADA, né, a partir da área do empreendimento. E aí, se vocês verificarem essa área de influência direta, ela já vai abranger três municípios, né. Então, além de Paulínia, pega uma parte de Sumaré e pega uma parte de Campinas. E aí a área de influência indireta, então considera-se todo o município de Campinas, de Paulínia e de Sumaré, que dá uma área gigantesca ali, tá. Isso é pro meio socioeconômico, que tem a ver com as questões e de equipamentos públicos, não necessariamente com as questões hídricas e tal, que tem as áreas de influência do meio físico e do meio biótico.

Então, um dos um dos capítulos que são apresentados lá no EIA é a questão do estudo de alternativas. Então, e, desde o do primeiro projeto, quando ele é pensado, até ele chegar hoje, que ele tá próximo da sua aprovação prévia, tá, aprovação prévia dentro do órgão estadual da CETESB, né. Então, a gente passou por alguns tipos de modificação, desde adequações a leis de ocupação de uso do solo, e aspectos de mobilidade urbana, alguns aspectos especialmente ambientais. Então, os primeiros projetos lá atrás estavam pensando em mais intervenções em APPs, e até a caracterização das APPs ou não. E, isso tudo foi pensado até a gente chegar no projeto que a gente tem hoje.

No projeto que a gente tem hoje, né, já falei o Santorini e tal. Aqui para vocês entenderem um pouco, a área total do empreendimento, ela tem 1.250.000 mais ou menos. a área loteada por 590.000, o temos de área pública, a quantidade de lotes previstos são 1821 e ela vai ser divididas em três fases de implantação, tá. Aqui é um quadro de área das três fases. Tudo isso é obviamente descrito, apresentado com detalhados lá dentro do estudo, tá. E, mas para vocês entenderem também, cada área dessa tem que ter e, especificamente os 20% também de área verde. Então, todas essas definições de fase também estão conforme as legislações.

Aqui é a ideia do projeto. Você não dá muito para ver a nossa, mas a parte mais acima e nós temos aqui as três etapas, tá. A etapa de baixo aqui é a segunda etapa, do meio é a primeira etapa e a etapa lá de cima à esquerda é a terceira etapa, tá. Aqui vocês já conseguem ver que toda a questão da APP está sendo preservada, tá. E, ali um quadro de áreas também do empreendimento. Aqui para ficar um pouco mais claro, essa é a planta urbanística ambiental, já com os impactos ambientais, já com os impactos, não, mas já com os números ambientais, tá. Então, o que que nós tínhamos antes do empreendimento. Então, o primeiro quadro ali é o quadro de ambiental pré-

implantação, o quadro ambiental pós implantação e aí o memorial de áreas verdes. A gente vai ter no final do empreendimento é 22% de área verde, que é mais do que inclusive do que o previsto pela legislação, que é SIMA 80, que previa 20% de manutenção de área de área permeável, tá.

Na fase de implantação para vocês conseguirem entender um pouco o que tá previsto. Então, a quantidade de funcionários, são 70 funcionários, fase 1, 50 na fase 2 e 50 na fase 3, um prazo de 72 meses, né. Então são dois anos para cada fase. E, lembrando que cada fase ela vai passar ainda por um processo específico de licença de instalação. Então cada fase dessas, elas vão voltar para a CETESB de novo, pra agência específica de Paulínia, e, para fazer as suas licenças de instalação, tá. Então tudo isso também lá no EIMA está previsto está descrito, as infraestruturas de apoio que são utilizadas, então canteiro de obras vai ser inteiro dentro do próprio terreno, abastecimento de água e de esgoto para durante as obras, elas vão ser todas interligadas e operadas pela Sabesp, e os influentes destinados já diretamente na ETE municipal. E, a gente já tem até a previsão de que os resíduos de construção vão para Dibase Ambiental, tem energia elétrica já descrita pela CPFL, né. E, e aí a gente depois a gente vai apresentar, então tem supressão de árvores isoladas unicamente e as intervenções em APPs, tá, para esse projeto. Depois a gente também vai mostrar aí, já mostramos de certa forma dentro da PUA, ela não tem previsão de supressão de vegetação nativa. Vegetação nativa é quando a gente tem fragmentos de vegetação mesmo, né. E, tem pequenos fragmentos de vegetação, três pequenos fragmentos de vegetação dentro da área, mas nenhum deles vai ter supressão. Os três vão ser preservados.

Na fase de implantação, a gente vai ter a terraplenagem, que tá conformidade com os padrões, com o que é preconizado pela Prefeitura de Paulínia e também pelo Graprohab futuramente, tá. Então, todas as questões de conformação de terreno, a limpeza, e carregamento, transporte, e a destinação, tudo isso já está em conformidade no projeto de terraplanagem.

A questão de drenagem, ela vai ser direcionada para os dois corpos hídricos que a gente tem dentro da área, né. Então ela vai ser essa primeira imagem aqui de cima, ela mostra bem o córrego da fazenda do deserto, que é o córrego que passa dentro da área. Ela vai ter ali uma travessia, vai ter um viário que passa por ela, né, e a drenagem vai ser jogada ali e a embaixo, na parte mais a ao sul do empreendimento, a gente tem um córrego afluente desse córrego e da fazenda do deserto, e que também vai ter uma passagem que vai ter também a drenagem que vai ser jogada lá, tá. Então todo o sistema de macrodrenagem tem todo um estudo hidrológico que é apresentado robusto dentro do EIARIMA também. E, e ele tá em conformidade, é tanto com as diretrizes e estaduais, tanto com o que é previsto pela CETESB, como pelo plano diretor de macrodrenagem da bacia hidrográfica do Ribeirão Quilombo, tá. E aí para vocês conseguirem entender isso, né. Então, obviamente vai ter uma um impacto de impermeabilização da área, né, pro futuro empreendimento. E, então vai ter um acréscimo de vazão com essa impermeabilização e para a bacia do córrego da fazenda do deserto. Entretanto, essa travessia um, ela vai ela vai ser utilizada também como amortecimento, vocês conseguem verificar, inclusive maior do que o impacto da impermeabilização. Isso acontece da mesma forma também no córrego afluente, que também vai ter um uma impermeabilização, obviamente, então vai ter um acréscimo, mas ela também vai ser utilizada como uma forma de amortecimento, como um pulmão ali para qualquer problema é de cheia, alguma coisa assim, tá. Então, as estruturas hidráulicas projetadas travessias, elas apresentam eficiência de 100% pro tempo de retorno de 100 anos. E, é o que a gente considera como impacto zero, tá.

Então, para todo mundo entender também, isso é o que é preconizado inclusive pela própria CETESB. A CETESB não aprova hoje empreendimentos que não estejam previstos como impacto

zero, tá. Então, toda a questão de impermeabilização da área, precisam ser feitos estudos para que sejam garantidos esse impacto zero, tá. E é o que tá sendo previsto dentro desse empreendimento, tá. Então depois a gente vai ter os planos e tal, mas já aqui já para adiantar mitigação disso por causa do amortecimento e tal, e a gente vê até como impacto positivo, porque à jusante do empreendimento você vai ter uma melhora dessa questão da qualidade das águas. É, e todas as questões, inclusive dos lançamentos de drenagem aumentam todo previsto dissipadores de energia para evitar qualquer tipo de erosão dentro do local.

Para a fase de operação, como eu falei, são previstos 1821 lotes. É, uma população fixa aí de mais de 7.000 pessoas, uma flutuante de 2.000 pessoas e uma população estimada de mais de 9.000 pessoas no final do desses 6 anos que estão previstos.

Abastecimento de água. A gente já tem as diretrizes da SABESP, tá. Já tudo eu vou apresentando. Então ela vai ser interligada na adutora de abastecimento, ali perto da rotatória da Juscelino Kubistchek, o consumo de energia também, acho que eu pulei essa parte do esgoto, não tá depois. Consumo de energia também tem já as cartas da CPFL, tudo garantindo a energia pro empreendimento. E do esgoto sanitário também tem cartas de diretrizes da Sabesp, e, que com a projeção para a ETE do município, ETE Paulínia. Aqui já uma previsão do que vai ser de geração de resíduos sólidos. Isso durante a obra, tá. E aí todas essas questões, né, fazem parte um pouco.

Aí a gente vai um pouco para a questão do diagnóstico ambiental. O que que a gente encontra de fato naquelas três áreas de influência, tanto na área diretamente afetada, na área de influência direta e na área de influência indireta. Então isso é dividido por pelos três meios, o meio físico, o meio biótico e o meio socioeconômico. Pro meio físico, essas são as principais características que são utilizadas, que são analisadas, tá, clima, qualidade do ar, geologia, geomorfologia, pedologia e tal. A gente vai apresentando isso durante o estudo. E, aqui a gente trouxe as imagens, né, para vocês verem, e, com características do solo e tal. Então, de morfologia, de pedologia e tal, de hidrografia. Aqui vocês conseguem ver nessa imagem, acho que vai ter outras imagens aqui, ó, mais bonitinha. Então, a ideia do Ribeirão Quilombo e vocês não estão vendo minha bolinha, mas a Ribeirão Quilombo é o que vem lá mais e lá de cima e passa pela nossa ADA. E aqui o córrego afluente que também tem, na verdade, o córrego afluente dentro da ADA, ele nem passa e nem tá descrito aqui na nas bases secundárias, mas ela tá hoje obviamente caracterizada dentro do nosso estudo.

E, para os recursos hídricos superficiais, a gente já faz um levantamento todo durante o estudo de quatro pontos, tá. Que a gente analisa a qualidade das águas. Então, foram previstos os quatro pontos de análise. E, e aí isso tudo dentro do córrego que passa por dentro da área, ele já foi, já é classificado como como classe dois. E, e aí dentro dos parâmetros, do listados no CONAMA 357, apenas alumínio e fósforo ficaram acima, tá. Isso é importante porque que a gente chama de levantamento zero, né. Antes pré empreendimento tá, então, essas são as características que são pré empreendimento. Depois vocês vão ver que dentro dos planos que são de controle durante a obra e até a operação, tudo isso vai ser monitorado, tá. Então vão ser feitos, vão ser feitas coletas recorrentes durante o empreendimento pra gente ficar avaliando exatamente a qualidade da água para ver se não há uma piora do empreendimento em cima disso. Aqui são, uma hidrografia dos recursos hídricos subterrâneos, né. Então, na área de influência indireta, a gente tem uma predominância do aquífero tubarão, e, mas vários outros e aquíferos também. E na AID e na ADA a gente tem o Aquífero Tubarão e o Serra Geral, tá? Essa imagem recortada é exatamente da ADA. Então, a gente tem a o Serra Geral de forma maior e um pouco do aquífero tubarão. A gente faz um levantamento também, conforme preconizado pela CETESB, o que que tem de mapeamento

de áreas contaminadas no raio de 500 metros do empreendimento e não foi encontrado nada dentro das bases ambientais. Então o risco, não existe um risco de contaminação já pré-existente para a área. Estudo do meio físico.

Agora vamos pro meio biótico. Meio biótico é o estudo de fauna e de flora que também que tem que ser feito, tá. Fauna especialmente para vocês conseguirem entender, ele tem que ser feito durante inclusive um longo período, né, você tem que usar pelo menos dois períodos do ano, né, então, um período de seca e um período de chuva para analisar quais são os animais que existem no local, tá. Então, como eu já falei até na área, tem as áreas de preservação permanente que elas estão sendo previstas, né, então, desde o córrego da fazenda como o córrego afluente aqui, elas estão previstas e estão, obviamente e preparadas e estão sendo preservadas, inclusive com previsão de recuperação delas depois. Aqui as fotos delas, como flora, a gente dentro da área de influência indireta, a gente faz todo o levantamento de bases secundários, de dados secundários. Na área de influência indireta, a gente faz em parcelas botânicas. Então a gente pega os fragmentos que são mais próximos da região. A gente levantou isso em seis, em seis fragmentos ali do da área de influência direta, e como bioma predominante e exclusivo. Temos com bioma da Mata Atlântica dentro dessa área de influência direta. E, e dentro da ADA também, que é a área específica do empreendimento, a gente também faz parcelas botânicas dentro dos fragmentos existentes, e, dentro dos pequenos fragmentos existentes. A gente já verificou lá dentro da área que tem 64 indivíduos de indivíduos isolados, árvores isoladas, tá, e uma predominância exclusiva de vegetação pioneira, tá, 64 indivíduos por uma área de 1.200.000 é um número bem pequeno, né, um número muito pouco considerado.

Aqui é um mapeamento para vocês conseguirem entender as unidades de conservação que são próximas. Vocês provavelmente não vão conseguir ver, mas é uma parterzinha verde, aqui bem próxima, que é a unidade de conservação mais próxima, que é exatamente a mata de Santa Genebra, tá. E, aí a gente tá dentro também da área de influência indireta, a gente tem a APA de Campinas, tá, mas nenhuma tem área de envoltória que chega dentro do nosso empreendimento. Nenhum impacto, o nosso empreendimento vai ter para essas unidades de conservação.

A fauna, a gente também faz na área de influência indireta, um levantamento de dados secundários e na AID e na ADA a gente faz mais de forma direta com amostragens. E aí amostragens é feita tanto avifauna como herpetofauna, ictiofauna e mastofauna. E ictiofauna tem a ver com as questões dos corpos hídricos e da lagoa próximo ali do local. E para isso que seja feito, a gente tem inclusive pegar uma autorização prévia do GEFAU, que é o grupo de estudos de fauna do estado de São Paulo. Então eles autorizam que a gente faça um manejo, inclusive, obviamente sem morte nenhuma, mas pra gente conseguir caracterizar quais são os peixes, quais são os animais ali, e a gente tem que ter uma autorização prévia com isso, tá, tivemos autorização, aí a gente tem que apresentar isso constantemente para o GEFAU, o que que foi encontrado, e, o que que foi feito, todas essas questões, elas são deliberadas depois para a CETESB, tá. Aqui o número de espécies encontradas, tá, de ictiofauna, de herpetofauna, de avifauna e de mastofauna, que foram encontrados.

De influência indireta, a gente também encontrou alguns e alguns e equipamentos de cultura e a ideia dos bens tombados. Aqui é o mapa de uso e ocupação do solo do local, tanto de Paulínia como de Sumaré, como de Campinas, tá. Essas áreas em vermelho, vocês não vão conseguir ver, mas é são as áreas que já urbanizadas. E, vai ter umas imagens que vão ficar um pouco mais claras pra gente conseguir se entender ali, vocês conseguem dentro da área de influência direta, que aquele raio de 5 km, é o mapa de uso e ocupação do solo, né. Então aqui tem tudo o que que a gente vê, desde o que que são usos residenciais, o que que é uso comercial, o que ainda é uso

rural, o que que já é a área urbanizada. Então tudo isso é mapeado dentro dessa área de influência direta.

Aqui fica bem um zoom para ficar mais claro. E essa área vermelha de novo é o nosso empreendimento, esse recorte e tal. O que que é em vermelho? Essas manchas em vermelho mais escuro já são as áreas urbanizadas. A área em amarelo é o uso de agropecuária. Aqui, como eu falei, os equipamentos de educação que foram que foram encontrados, né, então, 65 unidades de ensino básico. Aqui é a localização de cada uma delas. De saúde, a mesma forma. Tá, então, a gente tem que levantar todos os postos de saúde que existem dentro da área de influência e de cultura e lazer também. De bens tombados, né. Inclusive a mata de Santa Genebra. E aí a partir disso que a gente faz todo o levantamento, todo diagnóstico, todas essas questões, aí a gente tem que começar a ver, olha o que que o meu empreendimento vai impactar em todas essas questões que a gente apresentou, tá.

Essa é uma matriz de impacto que ela é bem legal porque ela é um resumo de todas as coisas que são apresentadas, tá. Então o que que acontece? Vocês não estão enxergando muito bem porque não tá muito legal aqui, mas aqui são todos os impactos que são previstos, tá, e aqui são como se eles são classificados, tá. Em qual é a fase deles, se é a fase de implantação, se é uma fase prévia, se é uma fase de operação. Então tem e questões de tempo deles, se é um tempo longo, se é um tempo curto, e se ela é reversível, se ela não é reversível. Então a gente vai montando essa matriz de impacto, tá, para cada impacto que a gente prevê, que a gente vai analisando.

E aí para cada impacto que a gente encontra, para cada uma daquelas classificações, a gente tem que prever ações, programas e projetos para mitigação, para minimização e ou para monitoramento dessas questões, tá. E, aqui fica um pouco mais claro, lá são todos os projetos que são apresentados, né, dentro do programa. Eu vou falar de alguns, tá? Então, o Programa de Gestão Ambiental de Obras, né. E aí dentro do Programa de Gestão de Obras, a gente tem alguns subprogramas. Então, um dos subprogramas é o subprograma de prevenção em controle de erosão e assoreamento, por exemplo, né, então, como que o e vai ser a movimentação de terra e quais são os cuidados que essa movimentação de terra vai ter, por exemplo, para não assorear os corpos hídricos de lá, né. Então, implantação de drenagens superficiais, de drenagens provisórias, e o plantio de grama que são em áreas expostas, e a instalação de mantas de bidim, instalação de dissipadores de energia, como eu falei, todas essas questões, tudo isso faz parte da fase de implantação, tudo isso tá previsto, tudo isso tá detalhado, inclusive dentro do nosso estudo, um programa de gestão ambiental de obras, de segregação de resíduos, destinação adequada disso, de como que esses resíduos são acondicionados dentro da própria obra, como que isso é feito com treinamento com os funcionários, né. Então, há uma periodicidade de treinamentos que são apresentados dentro do nosso estudo, e, para que os que as pessoas consigam entender as questões ambientais ali dentro. Tudo isso também dentro da fase de implantação, tá.

Aí dentro do programa também de gestão ambiental de obras, como eu falei, tem um subprograma de monitoramento da qualidade das águas superficiais. Aqui estão os quatro pontos. Então, a montante a jusante do empreendimento, como eu já falei, a gente já fez uma coleta disso, então a gente já tem uma ideia de como que é hoje esse corpo hídrico e aí você tem todo um monitoramento semestral desse processo durante a obra, tá, então isso tem que ser feito, coletas permanentes e apresentadas inclusive para a CETESB, tá. A CETESB também vai monitorando isso junto com o desenvolvimento da obra. Isso vai para toda a fase de implantação até a finalização dela. A última é pós finalização. A gente vê exatamente que não teve nenhum impacto com relação a isso.

Também tem um programa de monitoramento e conservação da fauna Silvestre, né, então, durante todo o processo, você tem que ir lá fazer e o monitoramento da fauna existente no local para ver inclusive qual o impacto. Lembra? A gente fez todo um estudo já de fauna, foram encontrados uma série de animais, a gente tem que ver se esse número de animais ele se mantém durante a obra e a ideia, inclusive, que isso melhora, pensando especialmente que a questão das APPs lá hoje elas estão degradadas e que isso vai incrementar inclusive o número de animais presentes lá, tá. Então esse monitoramento tá lá previsto também com fases, na fase de implantação e operação do empreendimento, com todas essas questões apresentadas.

Programa de supressão de vegetação, tá, então, a gente não tem supressão de vegetação nativa, como eu falei, mas a gente monta um programa até para a supressão dos indivíduos de árvores isoladas lá, porque aquelas árvores elas podem ser usadas como refúgio pros animais. Então, a gente também tem um programa para o acompanhamento da supressão dessas árvores isoladas, tá. E aí, obviamente, um programa de reflorestamento e de enriquecimento florestal com plantio de mudas em toda a APP. Temos também um programa de compensação ambiental a partir dos impactos que são feitos disso. Então, a gente vai ter alguns impactos, por exemplo, de intervenção em APP, né. Tem todo existe um cálculo hoje, então essa primeira linha para vocês conseguirem entender, né. Então você vai ter lá quase 7.000m² de intervenção e app, né. Pela legislação aplicável, você tem que compensar 1.6 essa área de intervenção. Então você vai ter uma compensação de 11.000 m² para isso, tá. Então, ao total dessas intervenções que a gente tem e das árvores isoladas que a gente vai suprimir, a gente vai ter lá um uma compensação em uma área total de 12.755 m² de recuperação, tá. Aqui para vocês conseguirem entender dentro do nosso projeto, então tem lá toda a APP que é a área em laranja ali, ela vai ser recuperada, ela obrigatoriamente ela tem que ser recuperada. E, aí que que você vai ter? Você vai ter uma revegetação também dessas áreas em vermelho e a compensação que é essa partezinha em azul. Então, toda a compensação dessas intervenções, elas vão ser feitas dentro do próprio empreendimento, estão previstas para ser dentro do próprio empreendimento. Por isso que eu digo, por exemplo, que hoje essas APPs elas estão todas degradadas, mas daqui a um tempo, depois de recuperadas, né, daqui a 10 anos, algum tempo assim, e, isso vai estar como uma floresta, né. inclusive como um corredor ecológico previsto, né. Então, toda essa área verde, inclusive e ela tá interligada, né.

Programa de monitoramento das áreas verdes, que é exatamente o que eu estava falando, que cria corredores ecológicos para facilitar a movimentação da fauna, né. E, isso todo tem um acompanhamento também com relação a isso, tanto na fase de implantação como de operação. A CETESB costuma pedir inclusive após operação, né, dois, três, às vezes 4 anos pós a operação, e, que sejam feitos esses monitoramentos tanto da relação da fauna e certamente do comprimento do plantio como e da fauna e da flora também. Além disso, temos programa, já passei dos meus 30 minutos, né, Bevilaqua, eu vou acelerar aqui. E, nós temos um programa de comunicação social, né. Então, e, isso é feito tanto para o os futuros moradores, a região e pros trabalhadores que vão trabalhar lá no local. E um programa de educação ambiental também, de treinamentos com funcionários e colaboradores para conscientização durante todo o período de obras, tá. Isso é feito com cartilhas, com treinamentos, com palestras e com todo mundo durante a fase de implantação. Isto também tá previsto dentro do nosso estudo. E aí pra gente concluir, né, o projeto ele tem um baixo impacto ambiental, então o projeto obviamente está todo aprovado, e está de acordo com as leis municipais e as leis estaduais, e se localiza numa região com zoneamento específico, e que está com forte crescimento, inclusive para esse tipo de empreendimento. E aí, considerando todos os aspectos ambientais, socioeconômicos e tal, e com

todas as medidas mitigadoras e mitigatórias que são contempladas e que são previstas, e, a toda a equipe técnica não tem nada a se opor contra a implantação do empreendimento.

Aqui para vocês conseguirem entender a equipe toda da Global Ambiente para fazer um pouco de propaganda pra gente. A gente faz todo um estudo de EARIMA inteiramente de forma interna nossa mesmo, da nossa consultoria, tá. Então a direção é feita por mim e pelo senhor Plinio que está aqui, a coordenação da Bia que está aqui também, que eu agradeço bastante, a Camila. E aí tem toda essa equipe que participou, que provavelmente está nos assistindo lá pela transmissão, tá. Então, pelo meio biótico, todo mundo que participou, o meio físico, meio socioeconômico, temos uma equipe que faz só o geoprocessamento, que faz todas as imagens e plantas dos nossos trabalhos, tá. Como eu falei, é um estudo longo, é um estudo multidisciplinar, e, que dá bastante trabalho e que a gente fica muito orgulhoso de chegar nesse momento já de apresentação disso. Eu agradeço bastante a atenção. Aqui tá o meu contato e fico super à disposição para qualquer esclarecimento. Muito obrigado.

[José Eduardo Bevilaqua]: Agradecemos a apresentação do senhor Thiago Escher, representando a Global Ambiente, Consultoria Ambiental limitada. Bem, dando sequência então ao rito aqui da nossa audiência pública, eu gostaria de convidar nesse momento para proferir algumas palavras o senhor Rodrigo Sanchez Garcia, representando o Ministério Público, grupo de atuação especial de defesa do meio ambiente do município de Campinas. Senhor Rodrigo, por favor, senhor tá com a palavra. Isso lá no púlpito, por gentileza. Agradecemos a participação. O senhor tem 5 minutos. Muito obrigado.

[Rodrigo Sanchez Garcia]: Boa tarde a todos. Bevilaqua a quem eu cumprimento aqui o representante do CONSEMA, Fábio, da CETESB. E, boa tarde a todos. Meu nome é Rodrigo Santos Garcia. Eu sou promotor de justiça do grupo regional de Meio Ambiente. Estamos aqui hoje em dois promotores. A Dra. Fernanda Elias, também promotora aqui de Paulínia, está presente comigo. E, nós temos dentro do GAEMA do Ministério Público um procedimento que a gente trata do que nós chamamos de macrodrenagem do Ribeirão e Quilombo, né. Em 2002, e, o Comitê de Bacia PCJ fez um estudo amplo pegando todos os municípios que são banhados pelo Ribeirão Quilombo e estabeleceu esse plano de macrodrenagem. Esse plano estabelecia para cada município obrigações específicas de controle de ocupação do solo para justamente evitar que a impermeabilização do solo gerasse problemas de drenagem urbana na calha do Ribeirão Quilombo, porque ele passa dentro de diversos municípios, não passa aqui totalmente dentro de Paulina, não afeta muito a área urbana de Paulina, mas ele afeta outros municípios. Portanto, nós estamos falando de um problema que é regional e não é local. Bom, acontece que os municípios não fizeram a sua lição de casa, não introjetaram dentro dos seus planos diretores, dentro das suas normativas internas as exigências técnicas e os planejamentos determinados por esse plano de macrodrenagem. Quando esse EIARIMA entrou no sistema da CETESB para o licenciamento, e ele passa pelo comitê de bacia, nós participamos junto com a equipe na reunião do comitê de bacia e nós apresentamos um ofício, eu não sei se conta no processo da CETESB, mas eu vou encaminhar depois, Fábio, e aonde a gente faz a os apontamentos que é justamente essa área aqui de Paulínia, e, que é considerada uma área verde, né, a área verde dois, dentro do planejamento do plano, e, ela fala justamente que essa área deveria ser excluída do plano de expansão urbana, dado a sua importância em termos de drenagem urbana, ou seja, em termos de absorção de água para drenagem urbana. Então essa área num primeiro momento, né, ela não era para ser objeto toda essa região que nós estamos conversando, não é exclusivamente a Santorini II, mas toda a região ela deveria ser excluída da expansão urbano pela importância que ela tem em relação à macrodrenagem regional do Ribeirão Quilombo. Bom, nós fizemos essa

consideração e o comitê de bacia fez algumas considerações. Houve a apresentação de informações complementares pela empresa licenciadora, né, pelo empreendedor. Mas eu queria chamar a atenção aqui da CETESB, especificamente, né, de dois pontos. Embora seja citado no estudo a existência do plano de macrodrenagem, se nós dermos uma busca no EIARIMA, ele não é declaradamente falado sobre esse plano de macrodrenagem. A existência de um planejamento regional que impacta diversos municípios, ela tem que ser apontada primeiro na sua existência, segundo no em qual ponto que o meu empreendimento afeta aquele planejamento regional. Em terceiro, se a existência do empreendimento ou dos pontos do empreendimento face ao planejamento regional, ela gera um impacto positivo, negativo, factível do ponto de vista de ser controlado ou não. E essas, esses elementos não são apresentados e não estão rebatidos devidamente dentro do estudo de impacto ambiental. Há, portanto, claramente uma falha em ao fazer o estudo do ponto de vista técnico e ao fazer um estudo isolado e não fazer um estudo globalmente, considerando todo esse arcabouço que eu estou justificando. E, apenas para termos uma ideia da importância do empreendimento em relação a esse tipo de situação. Nós estamos falando de um empreendimento no EIA fala 1720. Hoje o Thiago apresentou como 1821 lotes, mas tudo bem. Nós estamos falando de mais de 1700 lotes, uma população estimada no EIARIMA 4.500 pessoas. Nós temos no Brasil 4.500 pessoas, nós temos no Brasil cerca de 1288 municípios com menos de 5.000 habitantes. Portanto, nós estamos falando de um empreendimento que tem ocupação final próximo a quase 2.000 municípios do Brasil. Então não é pequena a área de impacto. E aí eu queria chamar atenção, voltando ao plano de macrodrenagem, porque o plano EIARIMA, aí é um atento para CETESB, ele fala que o total de área impermeável, considerando ruas e calçadas, chega a 6,56%. Sem considerar que cada lote, a permeabilidade de Paulina é muito baixa para construção de lote, é somente 10%, Campinas é 30. Então, cada lote deixando só 10% de área permeável, jardim, cada lote é uma área impermeável, impermeabilizada, melhor dizendo. Então, nós estamos então atingindo, então, portanto, uma área impermeável, muito superior aos 6,56% apresentadas dentro do estudo de impacto ambiental. E aí, com base nas informações que o GT Empreendimentos do Comitê de Bacia PCJ apresentou, né, e os estudos complementares que a empresa licenciadora apresenta, o empreendedor apresenta, melhor dizendo, e ele coloca que na realidade e existe, só pode concluir, por vou concluir, existem incentivos que são e colocados no manual do proprietário para que essas questões sejam mitigadas. Então, fazendo um raciocínio dentro de todas essas falas que eu estou colocando. Primeira questão, nós estamos aí em plena discussão da COP passando por diversos eventos climáticos extremos. Desde 2014 para cá, nós estamos enfrentando esse ano a terceira seca extremamente severa dentro do comitê de bacia PCJ ou dentro da bacia PCJ. Então, se o estudo não apresenta o marco zero, marco zero que significa? não dá para ter o empreendimento. O estudo não fala isso, ele não chega a essa conclusão, embora o plano de macrodrenagem assim o indica, mas se ele não traz essa informação, alternativamente, nós teríamos que ter outras condicionantes muito mais exigíveis ou exigentes para o empreendedor. A primeira, seria o estudo de não aceitação. Segunda, deveria ser imposto, né, dada a importância da área toda. Isso vale para todos os outros empreendimentos que parecidos ou próximos àquela área. Ruas e calçadas permeáveis. Hoje nós temos tecnologia para que asfalto drenante, piso intertravado, várias tecnologias que permitem calçadas drenantes que permitem que essas áreas hoje impermeabilizadas sejam e drenáveis. E a outra questão extremamente importante que nessa questão da macrodrenagem seria a exigência individual por lote de um sistema de captação de água de chuva de pelo menos uns 5.000 litros, que é o mínimo que você compra uma cisterna de captação de água de chuva é por lote. Veja, isso é um custo barato. Você tem 1700 e poucos lotes que numa chuva cada um vai reter aí capacidade de 5.000 litros. Ou seja, você segura, retém aquilo que a impermeabilização do solo não deixará mais. Então essa questão ela não pode ser

sugestiva do manual do proprietário, ela deveria ser uma exigência de implementação do loteamento, porque esse custo tem que ser absorvido, seja pelo empreendedor, seja por aquele que vai colocar no lote, tá? Agradeço. Obrigado.

[José Eduardo Bevilaqua]: Agradecemos as palavras do senhor Rodrigo Sanchez Garcia, e, representando o Ministério Público, grupo de atuação especial de defesa do meio ambiente aqui da região. E, eu gostaria de dizer nesse momento agora da audiência pública que as inscrições estão encerradas, OK. Portanto, vou passar a palavra agora pro Sr. Rogério Nubor. Assim que se pronuncia? Senhor Rogério. Boa, boa tarde, boa noite. O senhor tem 3 minutos. Muito obrigado.

[Rogerio Nubor]: Eu vou agradecer o promotor que já me poupou os dados da parte de drenagem e eu só queria deixar um questionamento para a CETESB com relação à drenagem que está sendo descartada na APP da Nascente. Al tá tendo uma mudança do biótico ali muito grande, porque nós temos uma nascente com um córrego e a tá sendo feita uma propositura de uma barragem com retenção dessas águas pluviais que vão ser descarregadas ali na construção de um lago. Eu entendo que pro empreendimento deve ser interessante ter um lago, mas gostaria que fosse analisada essa questão de que essas águas pluviais fossem descartadas mais na parte abaixo do empreendimento. E, na parte de acessibilidade, nem a etapa um, e eu já vou falar da etapa três também, que tem as suas entradas na previsão de uma marginal da Juscelino Kubistchek. Não existe faixa de desaceleração, não existe vagas para visitantes, não existe vagas para prestador de serviço, caminhão, ou seja, a marginal vai acabar servindo de estacionamento. Então, não seria interessante que isso acontecesse. E, o EIV fala de impacto zero na saúde e na educação por ser um empreendimento de médio para alto impacto. Eu acho que isso é uma discussão que precisa ser revista, porque nós temos estudos a nível do Brasil de que o público de médio para alto impacto tem de alto padrão tem saído dos planos de saúde, talvez nem tanto na parte de educação de segundo nível, mas educação básica e saúde, plano de saúde hoje em dia não é mais viável para muitas pessoas. E Paulínia oferece uma saúde de qualidade, que esse é um dos atrativos, justamente para essas para esses moradores que estão vindo. Então, sim, o empreendimento tem impacto tanto na área da saúde quanto na área de educação, principalmente educação básica. E na questão de transporte, nós estamos falando em 1700 lotes. Se 50% desses lotes tiverem empregados, nós estamos falando aí em 700 a 800 pessoas que vão estar se deslocando para trabalhar nesse empreendimento. Então, vai ter sim um impacto no transporte público. E eu gostaria saber da CETESB com relação ao plano que vai ser proposto de prevenção de controle de erosão, com relação à fiscalização da execução. Paulina tem um histórico já de alguns anos complicados na execução e seria interessante também que fosse revisto saber como que vai ser feita a fiscalização, se isso é incumbência da CETESB ou do município.

[José Eduardo Bevilaqua]: OK. Agradecemos participação do senhor Rogério Nubor. Convidamos aqui a senhora Elisângela Teixeira de Paiva Pereira para fazer uso da palavra. Tá bem. OK. Obrigado, senhora Elisângela. E passamos a palavra então pra senhora Lúcia Maria Abadia. Muito obrigado, senhora Lúcia, pela participação. Senhora, tem 3 minutos. Obrigado.

[Lucia Abasia]: Boa tarde a todos. Para quem não me conhece, eu sou a Lúcia Abadia. Eu tenho aqui na cidade já há 27 anos, uma empresa de desenvolvimento urbano e vendas, né, uma imobiliária. E vim, sim participar dessa incrível audiência, que eu acho que assim é importante que a população realmente acompanhe todos os desenvolvimentos da cidade. Fiquei realmente muito feliz com estudo gigante que a Global fez, que realmente não deve ter sido um trabalho muito fácil. E, eu acabo também trabalhando para a família que são a donas das áreas e a gente sabe o quanto tempo faz que esses projetos estão sendo desenvolvidos com muitos detalhes. E sobre

algumas coisas que a gente aqui escutou e debateu sobre a bacia do Ribeirão Quilombo, que também eu acho que é uma preocupação da própria Gencons e de todos os empreendedores que estão ali se desenvolvendo os projetos nessa região, é que hoje se você for ver as gravidades da questão do Ribeirão Quilombo, nós temos situações até bem mais agravantes na divisa ali com Matão e Campinas, onde acabou tendo ali um uma invasão gigante, né. E, quando a gente dormiu, no outro dia já tinha mais de 1000 famílias ali instaladas e estão coladas as margens do Ribeirão Quilombo. Isso quando nós estamos falando em invasão, são áreas que não teve urbanização nenhuma, projeto nenhum e nada mesmo planejado. E quando a gente traz aqui um estudo com tanto detalhamento, é justamente porque a empresa está realmente querendo desenvolver o melhor planejamento pra cidade. Data vista todos os empreendimentos que já foram lançados aqui, não só pela empresa, mas também pelos empreendimentos que eu estou envolvida na parte comercial. Então, é mais do que importante que aconteça esses debates e que mostre os pontos bem positivos onde a Gencons e aí falando, porque eu vendo esse produto e eu sei o quanto eles assim priorizam essa questão do meio ambiente. A, os plantios de árvores, eles excedem em duas vezes mais o que é realmente pedido e exigido pela CETESB. Fora isso, eles têm um cuidado muito grande para plantar frutíferas. Para o quê? para que a fauna flora seja preservada e que os pássaros tenham ali os seus alimentos mais próximos. Então acho assim, eu estou aqui não só para defender, mas defender algo bom pra cidade. Quando eu estou envolvida num projeto desse, e a Gencons sabe disso, a gente faz todos os detalhes para reuso de água de chuva, até porque eu também faço nos meus imóveis. A questão de estar sempre preocupado com as calçadas impermeabilizantes que nós já temos, né, os pisos drenantes nos empreendimentos que foram lançados. Então assim, essa questão da permeabilidade, eu acho que é uma preocupação da empresa e é uma preocupação nossa também, que aqui nós estamos aqui na ponta também atendendo o cliente final e a gente tem um compromisso com esse cliente. Estamos há 27 anos aqui em Paulínia e a gente fica muito feliz quando vê essas áreas sendo desenvolvidas da forma correta. Então, um planejamento ordenado, ele deveria existir em todas as cidades da forma que está sendo feito aqui em Paulínia. Então, quero parabenizar vocês. Muito obrigado pessoal CETESB, CONSEMA, Global, Dr. Rodrigo, que também deixou bem claro aqui os posicionamentos que também tem que ser ouvidos e tem que ter sim essas áreas permeáveis. Muito obrigada e desculpa aí se eu excedi um pouquinho. Obrigada.

[José Eduardo Bevilaqua]: OK. Agradecemos as palavras da senhora Lúcia Maria Abadia. E bem, agora nós entramos na terceira fase dessa audiência pública, que é quando se tem o posicionamento do proponente da sua equipe ambiental para apresentar respostas e considerações a respeito do que foi aqui colocado. Então eu vou passar a palavra, pedir a participação da Sabhata, se ela quiser fazer uso da palavra, e do Thiago Escher também para poder apresentar algumas considerações.

[Plinio Escher]: Oi, boa tarde a todos. E, eu só achei extremamente é ponderado o Dr. Rodrigo. a gente já teve a com o comitê de bacias, né, a discussão e dentro e depois daquilo a gente e se preocupou, eu minha parte é a parte de cálculo, né, de nós fazermos um estudo de percolação e onde surgiu as bacias de retenção que dão um índice cinco vezes maior do que é hoje. Então, a minha preocupação talvez seja a gente esclarecer melhor esse estudo em relação ao existente. Então, a gente tá contribuindo pra retenção dessa água. Dois pontos importantes que eu achei e importantes, a o pavimento permeável, é uma questão da gente estudar e a obrigatoriedade de caixas de retenção. E, a única observação que eu tenho que fazer é que nós consideramos os lotes totalmente impermeabilizados, não só 10%, não 30%, todo inteirinho. O cálculo é feito como se ele fosse impermeabilizado. Então, ele tá a favor da o que a gente conseguir 10% ou caixa de

retenção individual, é tudo a favor da segurança, porque a gente já calculou em cima como se ele fosse todo impermeável. OK. Muito obrigado.

[José Eduardo Bevilaqua]: OK.

[Thiago Escher]: Só para complementar. OK. Posso falar? Bevilaqua, rapidinho.

[José Eduardo Bevilaqua]: Pois, pois não, Thiago, você tá com a palavra.

[Thiago Escher]: Obrigado. E, tudo que o Dr. Rodrigo levanta, acho que é super importante. E, queria agradecer ao Rodrigo, o Rogério e a Lúcia que falaram. E, mas respondendo, Rodrigo, acho que o Plínio também já falou um pouco sobre isso. E, o cálculo ele é feito, né, e, até naquela apresentação mesmo que a gente fez lá pro PCJ, foi levantada essas questões e, aí eu talvez eu não saiba qual é a versão do EIARIMA que foi o senhor estudou sobre isso, porque depois a gente faz toda uma implementação e uma discussão específica exatamente pro plano do Ribeirão Quilombo, tá. E isso é incluído talvez posteriormente da análise. E, então, por exemplo, senhor Pino já falou, né. Não é só a calçada e a rua que são pensadas como calculadas para a questão da impermeabilização, mas sim toda a área do lote, toda a área loteada, os lotes eles são considerados como áreas impermeáveis. Além disso, no plano, você faz todo um estudo de 16 km no raio, a montante para exatamente para ver esse impacto em cima disso. Então, todo o estudo de macrodrenagem, ele é pensado, ele é estudado, ele é feito exatamente para uma ideia para chegar nessa ideia do impacto zero, tá. E, então e é exatamente dessa forma, por isso que eu falo assim, isso tudo é apresentado para a CETESB, é exatamente por isso que a CETESB aprova, né, ainda não aprovou, mas e ele é considerado exatamente para a gente chegar dentro desse impacto zero, tá. E, mas isso não quer dizer que a gente não possa pensar, como a Lúcia mesmo falou já, que a Gencons tem inclusive como hábito fazer políticas de utilização, de reuso de água, de calçadas verdes. Isso é uma é uma proposição do próprio empreendedor, tá. E isso é proposto também para os pros futuros moradores, tá. E, o Rogério fala da questão do lago, não tem lago previsto, tá, Rogério. Não sei se eu me expliquei mal, me apresentei de alguma forma equivocada. Isso no projeto também uma das etapas das apresentações de projetos lá atrás estava previsto mais ideias de lago. E, mas a própria CETESB inclusive não deixa mais ter lagos essas previsões, tá. E, o que que vão ser utilizados é que aquelas travessias elas vão ser utilizadas como amortecimento, tá. Mas você não vai ter criações de lago, né. Até porque hoje tem toda uma questão de segurança pública com relação às capivaras, né. Então você vai ter hoje todo, toda a área verde, ela tá prevista como cercamento, como isolamento e tal e não tem previsões de lago. E aí todas as discussões que você faz sobre e de acessibilidade, de educação, de saúde, e isso é tudo discutido de certa forma dentro do EIARIMA. Você fala um pouco do EIV, acho que o EIV não é um pouco desse local aqui, né, tem um EIV também será rolado dentro da prefeitura e ainda vai ter toda uma discussão inclusive com a prefeitura com essas questões de acessibilidade de adequação do projeto ao plano de mobilidade urbana da cidade de Paulínia. Então, e essa ainda é uma etapa prévia, né. E, ainda é um estudo prévio, mas tudo isso ainda vai ser discutido junto com o município, tá. Então, certamente teremos terão contrapartidas e uma série de coisas em cima disso. E aí é legal essas proposições, como tá gravado, certamente isso vai ser considerado depois para esses planos, tá. E, a Lúcia, como eu falei, já falou, me ajudou com a ideia do reuso de água de chuva, que a Gencons geralmente fala, e ela fala do reflorestamento de árvores frutíferas. E, tem todo um projeto também para esse reflorestamento, que isso já é de certa forma apresentado para essa etapa do EIARIMA, de LP, mas para o Graprohab, todas as espécies, inclusive têm que ser selecionadas, o tipo de plantio, o espaçamento de plantio, tudo isso é visto também pelo órgão ambiental, e, e aprovado, né, quais são as espécies que vão ser compostas

depois em todo aquele processo de reflorestamento, tá. Acho que era isso. Alguém esqueceu um celular e um óculos aqui.

[José Eduardo Bevilaqua]: OK. E, prestados esses esclarecimentos pelo Senhor Thiago Escher, representando a Gencons e representando o Global Ambiente Consultoria Ambiental, e, eu vou extraordinariamente conceder a palavra, me foi pedido aqui na mesa diretora, a gente entende que sim. Eu vou passar a palavra então para o senhor Rafael Golim, secretário do meio ambiente do município de Paulínia, a quem agradecemos a sua presença. E, vou passar então a palavra pro senhor. O senhor tem 5 minutos, tá bom? Muito obrigado.

[Rafael Golim]: Bom, e, primeiro, boa tarde a todos. Parabéns pela apresentação. E, parabéns, CETESB também pela organização aqui da apresentação de acompanhamento. Eu gostaria de falar um pouco sobre o que já foi citado. Vejo que já foi abordado pelo Ministério Público a questão da macrodrenagem, onde nós entendemos ser muito importantes, que tem esse olhar. Vejo que o projeto também se atenta a alguns levantamentos dentro da apresentação que nos foi mostrada, que é muito importante pelo município. Vejo essa abordagem também, a questão da preservação do recurso hídrico por meio de cisternas, por meio de e atividades locais e não olhando sempre pro macro, sempre para um olhar dentro do município, mas que cada cidadão e cada imóvel tem a sua responsabilidade também na preservação do meio ambiente. É muito importante essa individualização também e nunca acarretar sempre pra administração pública toda a responsabilidade. Eu acho que todos são responsáveis por isso. E quando nós falamos aqui do projeto e vi que o a importância que a arborização foi dada dentro do programa de reflorestamento e dentro da conservação das APPs, eu queria trazer um lembrete também que a região metropolitana tem o programa Reconecta e eu não vi a citação dele ou a sua interligação dentro do estudo que foi apresentado. Então eu sugiro que dentro de uma revisão agora final tem esse olhar, porque já é um programa antigo, então muita coisa já foi vista e um e tem um olhar importante sobre a movimentação da fauna na região. Então eu acho que aproveitar um estudo que já é existente faz parte dessa análise. E quando a gente fala de arborização, e, para ter um fechamento aqui, eu acho que é importante ter um olhar também sobre a implantação. A gente faz sempre um olhar sobre projetos olhando no instantâneo. A gente pega uma imagem, cola aqui e olha o cenário hoje, dentro cenário daqui 10, 15, 20 anos, quando a gente olha pra Paulínia, é importante que se preserve o verde também, que os projetos contemplem a questão da arborização, porque quando a gente fala de arborização, não é só a questão de ter a árvore ali e garantir a comida do pássaro. Hoje, e, na questão do programa de resiliências climáticas, a questão das mudanças do clima, nós temos, por exemplo, em Paulínia, este ano já tiveram várias ondas de temperatura acima da média anual nossa. Então, quando nós plantamos árvores nos empreendimentos, nós trazemos também sombra. Todo mundo quer parar o carro na sombra, mas muito pouco se fala sobre a árvore. E essa árvore vai demorar 10, 15, 20 anos para estar pronta. Então, o momento ideal de se planejar é vir agora dentro da implantação, porque quando nós temos esse olhar, daqui 15, 20 anos, nós vamos ter a árvores, árvores na calçada representam maior conservação do asfalto. Tem estudos que já demonstram isso na prática, que você reduz a necessidade de projetos de troca de asfalto, então você reduz custos de implementação, reduz gastos com ar condicionado nas casas também, então todo mundo procura. Eu tive com o empreendedor essa semana aqui em Paulínia e ele me disse assim: "Quando eu vou procurar e locais para trazer o meu negócio, eu procuro é áreas verdes porque são áreas de maiores rendas". Então assim, todo mundo que tem uma renda maior procura morar perto de áreas verdes. Então vamos fazer de Paulínia, vamos pensar em Paulínia também numa cidade que está verde e que atraia bons investimentos, que atraia a população que gosta de morar em áreas verdes e que a gente traga esse cenário para cá também. E isso é muito importante, que os investidores tenham

essa visão, porque não basta a prefeitura trazer esse diálogo, apresentar esse diálogo, não basta ter as discussões dentro dos programas ambientais da prefeitura, dentro do Condema, mas é importante também que o investidor tenha esse olhar e perceba que Paulínia pode ser uma cidade diferente e ela ofereça algo diferente também para quem vem morar aqui. E os projetos precisam ter esse olhar também. Era um pouco disso que eu queria falar para que a gente tenha esse olhar também e que a gente preserve o verde e o meio ambiente. Muito obrigado pela apresentação de vocês.

[José Eduardo Bevilaqua]: Agradecemos as palavras do senhor Rafael Golim, secretário do meio ambiente do município de Paulínia. Bem, caminhando já para a etapa final dessa audiência pública, eu gostaria, como representante aqui que estou do Conselho Estadual do Meio Ambiente, primeiro agradecer muito a participação efetiva, respeitosa, democrática, né, que nós tivemos aqui. E, eu tenho certeza que as contribuições que foram apresentadas serão consideradas. São contribuições muito importantes, às vezes até um tanto complexas, mas de qualquer forma e mesmo compreendendo às vezes a complexidade, e o tempo, né, tudo isso, a gente sabe que às vezes formular uma questão ou colocar alguma coisa não é tão simples assim. Então eu acho que agora a gente entra num período de amadurecimento, nós temos cinco dias úteis. Eu pediria então para que todos vissem aqui, inclusive quem está na transmissão, para que nós temos aí e possibilidade, reiterando, né, de considerações por escrito até 5 dias úteis para consema@sp.gov.br. Todas essas contribuições serão muito oportunas, serão muito bem-vindas para a organização, a administração e principalmente a gestão desse processo por parte de nós do sistema ambiental. Bem, falado isso, eu vou passar a palavra então agora aqui para o Fábio, né, que representa a CETESB na divisão. E Fábio, você está com a palavra e gostaria que você fizesse suas considerações finais, então, diante do que foi abordado aqui na nossa audiência pública. Está com a palavra. Obrigado.

[Fabio Deodato]: Obrigado, Bevi. E, gostaria de lembrar novamente, né, que todas as informações que foram geradas hoje nessa audiência pública, elas serão consideradas sim pela CETESB, e, tanto para continuidade da análise, né, do EIARIMA, quanto também para as fases posteriores do licenciamento, né. E, só também passando mais informações sobre o atual estado do processo, ele realmente tá numa fase mais avançada da análise. Já passamos por várias etapas. E, fizemos a audiência hoje, já foi feita uma vistoria na área, a equipe já fez uma vistoria, e já pedimos complementações, e o interessado já apresentou uma grande parte dessas complementações. Há somente algumas e algumas pendências que restaram. E, já obtivemos todas e as manifestações internas ou externas dentro do licenciamento, né. Então, realmente, tá numa fase bem avançada de análise. E, mas assim, ainda, claro, e hoje nessa audiência surgiram informações importantes, e, que a gente ainda vai, se debruçar, na análise, ainda há tempo de, de fazer todas essas verificações dessas opiniões, sugestões e questionamentos que foram feitos na audiência. Então, a gente vai voltar pro escritório, se debruçar sobre verificar se todas essas informações realmente estão contempladas e no EIARIMA, nas complementações. E, por exemplo, essa questão do plano de macro drenagem do Ribeirão Quilombo, né, a gente vai e tem um estudo hidrológico ali no EIA. Então, a gente vai verificar essa questão da compatibilidade do plano, né, do plano de drenagem se o estudo hidrológico contemplou esse plano. A gente vai verificar isso. E, agradeço, eu não estou participando diretamente da análise, né, mas enfim, eu estou representando a equipe, a gente e vai verificar essa questão sim do plano de macro drenagem. E, sobre a o questionamento do senhor Rogério, sobre a fiscalização da fase das obras, né, a gente vai participar sim, caso o empreendimento ele receba a licença prévia e depois na fase de licença de instalação, a gente vai acompanhar também a quem vai realmente emitir a licença de instalação, vai ser a agência de Paulínia aqui, que também vai acompanhar, né, essa fase de obras. A gente

também tá num e num movimento recente, assim dos últimos dois, três anos, aumentar as vistorias, as fiscalizações, tanto na fase da licença prévia, quanto depois nas fases de LI, LO, a gente tem acompanhado um pouco mais de perto as fases seguintes também. Então, a gente vai participar junto com a agência de Paulínia. E, acredito também que a prefeitura e tem a fiscalização dela também nessa fase, mas a gente vai acompanhar sim. E, também a contribuição do secretário também foi importante. A questão do programa Reconecta, não tenho certeza se isso tá contemplado também no EIA, nas complementações, a gente vai fazer essa verificação ainda. É, então, mesmo estando já numa fase já bem avançada, a gente ainda vai ver com a equipe que tá realmente analisando o processo, fazer toda verificação todas essas informações que foram levantadas na audiência. Realmente a audiência foi uma boa audiência, cumpriu esse objetivo de receber e opiniões, e sugestões, e questionamentos importantes. Então, e realmente foi uma boa audiência pública. E, gerou e acho que foram geradas aqui informações importantes que a equipe ainda vai fazer, né, fazer uma análise e vai se debruçar sobre essas questões que foram levantadas aqui na audiência. Então, agradeço novamente a presença e a participação de todos e obrigado Bevilaqua e estamos à disposição também.

[José Eduardo Bevilaqua]: Agradecemos ao Fábio Deodato, gerente da divisão de licenciamento de empreendimentos industriais, minerários e urbanísticos da CETESB, aqui representando. Obrigado, Fábio.

Bem, finalmente, não havendo mais contribuições ou qualquer outro assunto pertinente, eu declaro e agradeço a presença de todos. Declaro encerrada essa sessão pública. Muito obrigado. Uma boa noite a todos.